

## REALISMO E MESSIANISMO NA ESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL

Ana Luiza Marques Bastos\*

**Resumo:** O século XIX figura como o porto da história contada por Oliveira Martins. Pois o objeto por excelência de suas obras, desde as historiográficas e biográficas até os estudos sobre a economia e a política nacionais, é o estado em que se encontrava o espírito humano na atualidade dos oitocentos e na particularidade de Portugal. Auscultar o presente como uma realidade vivida em termos históricos, para intuir o caminho seguido e nele contribuir através de imagens projetadas no horizonte, ainda que de modo pessimista ou cético. A apresentação ou o programa realista foi o meio que ele encontrou para usar a história nacional como um instrumento, fundador de um campo de projeções dos desejos vindos do passado da humanidade.

**Palavras-chave:** Oliveira Martins, historia, Portugal

**Abstract:** The 19th century appears as the port of the history told by Oliveira Martins. Because the main object of his work, from these historygraphical and biographical ones to the studies about national economy and politics, is the condition in which the human spirit found itself in the present times of the nineteenth-century and in the special case of Portugal. Listening attentively to the present as a reality that was lived in historical terms, to intuit the path taken and in this path to contribute through projected images in the horizon, even if in a pessimistic or sceptical manner. Oliveira Martins's presentation or realistic program was the means that he found to use the national history as an instrument, which founded the field of projections of the desires from the past of mankind.

**Key words:** Oliveira Martins, history, Portugal

*Portugal, como povo, não acordara ainda do torpor de largos anos, dorido das desgraças do calamitoso reinado de d. João VI. Os casos de agora – aclamações constitucionais, sedições absolutistas – são apenas os preliminares da longa futura campanha, do duelo final entre a Nação histórica e o espírito novo, estrangeiro, mais uma vez imposto, por uma ditadura, a uma Nação aberta ao cosmopolitismo.<sup>1</sup>*

O século XIX figura como o porto da história contada por Oliveira Martins. Pois o objeto por excelência de suas obras, desde as historiográficas às crônicas hodiernas voltadas para a economia e a política nacionais, é o estado em que se encontrava o espírito humano na atualidade dos oitocentos e na particularidade de Portugal. Auscultar o presente como uma realidade vivida em termos históricos, para intuir o caminho seguido e nele contribuir através de imagens projetadas no horizonte, ainda que de modo cético. A apresentação ou o programa

---

\* Mestre e doutora em História pela PUC-Rio. Pós-doutorando em História na Cátedra Jaime Cortesão/USP, com projeto de pesquisa financiado pela FAPESP.

<sup>1</sup> J. P. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. 1, Lisboa: Guimarães, 1976, p. 50.

realista foi o meio encontrado para fazer de um instrumento, a história nacional, um campo de projeções dos desejos vindos do passado da humanidade.

Todavia, devemos pensar as teses históricas e as críticas hodiernas escritas por Oliveira Martins ao longo de cerca de 30 anos de produção, como obra que vem a contribuir na cultura histórica. Lembremo-nos, nesse ponto, de que T. Adorno nos avisou que o sentido da cultura é não se ver reconhecida em qualquer obra, logo, uma obra de cultura deve antes ser interrupção à objetivação, ou ainda, fracassar como continente adequado a sua cultura. Assim, a obra de cultura que permanece tem por atributo ser desconfortável, faltosa, impondo uma ruptura que lhe habilita como instrumento de crítica.<sup>2</sup> Acrescente-se que, para W. Benjamin, toda crítica da obra que dura começa pelo comentário. Nos primeiros tempos de existência da obra de cultura, o teor de verdade – objetivo da crítica – e o teor de coisa – objetivo do comentário – encontram-se associados. Posteriormente, os teores se desassocia, o de verdade passa a ser ainda mais fechado, ao passo que o de coisa perde familiaridade com o mundo. A condição estranha do teor de coisa o faz ser o início de todo processo de crítica, que sempre começa pelo comentário ao que permanece trazendo desconforto à cultura.<sup>3</sup>

Nenhuma obra de cultura, por conseguinte, prescinde de ser incômodo que se perpetua por diversas obras. O valor da produção de Oliveira Martins está em livros, artigos, biografias, projetos de lei, na medida em que cada qual participa da denúncia da decadência, que se estende como objeto digno de crítica. Constrói-se, desse modo, uma rede de comentários e críticas a partir da apresentação da realidade vivida pela nação, segundo o desejo regenerá-la. Não por acaso, Antônio Sérgio constatara:

*Pode dizer-se de Oliveira Martins que é o mais atual dos escritores portugueses; compreendê-lo é compreender-nos, porque está nele como que o germe – e mais do que o germe – do estado de espírito que nos caracteriza; a sua obra – de historiador, de político e de economista – marca o campo em que vai mover-se o pensamento da geração moderna [...]*<sup>4</sup>

E o “estado de espírito que nos caracteriza” diz respeito a, por um lado, “o naufrágio miserável dos homens notáveis”,<sup>5</sup> por outro, o modo de proceder na observação dos fatos e na concatenação das ideias. O naufrágio era antes necessário, pois o sucesso do trabalho de Oliveira Martins significaria o advento da reforma ou a regeneração da nação. Por outras

---

<sup>2</sup> T. Adorno, *Prismas. Crítica cultural e sociedade*, São Paulo: Ática, 1998, p. 11.

<sup>3</sup> W. Benjamin, “‘Les Affinités électives’ de Goethe”, *Oeuvres. Mythe et violence*, tomo I, pref. M. Gandillac, Paris: Denoël, 1971, pp. 161-2.

<sup>4</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político de sua obra”, *Obras Completas. Ensaio*, tomo V, Lisboa: Sá da Costa, 1973, p. 13.

<sup>5</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., p. 71.

palavras, se Herculano, Quental e Oliveira Martins tivessem alcançado a intervenção reformadora que tanto buscaram, a constituição da nação seria outra, visto que suas vidas e obras voltaram-se incondicionalmente para a mudança do estado de decadência, diagnosticado desde o século XVIII pelos estrangeirados. Quer pelo liberalismo, quer pelo socialismo, quer pelo federalismo, as trajetórias pessoais e intelectuais desses homens caracterizaram-se pela exigência de transformações na ordem social e econômica do país. O fracasso de suas intervenções político-institucionais, e mesmo panfletárias, é diretamente proporcional ao sucesso das propostas reformadoras que sintetizaram. Se “o estado de espírito que nos caracteriza” fosse o sucesso dos homens notáveis, para insistir noutra versão da hipótese de Antônio Sérgio, não teríamos motivo para nos incomodarmos com as teses históricas e políticas levantadas por eles. Ou por outra forma, seria também notável a nação e não somente alguns patrícios ditos, e tidos, por excepcionais.

O benefício trazido pela condição trágica vivida pelos “homens notáveis”, pode mesmo ser exemplificado na observação de Antônio Sérgio quanto à interrupção dos estudos regulares por Oliveira Martins: “dado o caráter do nosso ensino, a interrupção forçada dos estudos e a entrada precoce para a vida prática foi-lhe decerto um benefício”.<sup>6</sup> Ora, a melhor das posições, para o autêntico crítico, é estar impossibilitado para os quadros institucionais. Ademais, apenas assim, a denúncia da decadência constituir-se-ia o caminho alternativo ou a possibilidade de retomada autônoma. Se olharmos para o benefício trazido pelo fracasso, sobretudo veremos a herança legada aos devotos da denúncia das condições nacionais.

Joel Serrão, ao compor uma breve história da história em Portugal nos séculos XIX e XX, esclarece a importância de Alexandre Herculano para Oliveira Martins e, de ambos, para os historiadores posteriores. Além da influência que as obras de história ibérica e de Portugal tiveram sobre os jovens leitores das décadas de 1880 a 1900, como apontou Antônio Sérgio, Serrão assinala a marca deixada por essa historiografia: “o sentimento e a ideia da decadência nacional”, cuja lição de Herculano e Oliveira Martins fora o reconhecimento dos ‘erros’ do passado segundo “o projeto do resgate do presente”. No caso específico de Oliveira Martins, essa consciência da decadência encontrada em elementos concretos do passado, e perseguida até seu desvelamento presente, gerou a abertura para uma nova apreensão do sebastianismo ou da ânsia messiânica.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., pp. 44-5.

<sup>7</sup> J. Serrão, (intr., org. e notas), “Para uma perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea (1800-1940), in J. P. de Oliveira Martins, *Herculano*, Lisboa: Livros Horizonte, s/d, pp. 25-26.

A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., p. 14.

De fato, como mostra Carlos Coelho Maurício, nas duas décadas seguintes às Conferências do Casino e anteriores ao período marcado por Antônio Sérgio, aconteceu uma boa recepção das obras históricas do autor. Para Carlos Maurício, isso se deveu ao padrão de formação dos portugueses do período: um público formado no ódio ao Antigo Regime, mas descontente com o rumo que o constitucionalismo da Regeneração tomara; laico e anticlerical; orgulhoso do passado histórico das Descobertas, porém antipático às conquistas; desejoso de conhecer os motivos que levaram Portugal ao estado subalterno que ocupava no teatro das nações europeias naquele século.<sup>8</sup>

Todavia, a escassa precisão e clareza na fixação dos acontecimentos históricos e mesmo nas argumentações quanto aos processos evolutivos da sociedade como entidade orgânica, somada à aceitação do Acaso ou Fortuito como parte integrante da história, levaram os comentadores a avaliarem Oliveira Martins mais em termos artísticos do que científicos. Posteriormente, foi somado ao valor estético de suas narrativas, um fundo moral. E assim, Oliveira Martins que inicialmente foi caracterizado como um historiador científico, por estar em sintonia com as teorias científicas sociais em voga no período, logo passou a ser adjetivado como artístico, por conta de sua capacidade intuitiva na narração dos acontecimentos, e por fim, como moralista, por ter somado a tal intuição dos fatos uma filosofia da história que se encerra na finalidade da história para a vida dos homens (consciência e ação).<sup>9</sup>

É bem possível que a “invenção do historiador” Oliveira Martins, desde os leitores contemporâneos até os digamos historiadores herdeiros de suas interpretações, antes faça eco à percepção de Quental, que considerou a *História de Portugal* como uma aplicação do método histórico que não partira da acumulação dos fatos, mas sim da necessidade de “compreensão do ser histórico da nação” para ver revelada a “raiz dos nossos males”.<sup>10</sup> Porque, como assinala José Antônio Saraiva, ao analisar os livros de viagens, “os fatos servem de mero pretexto às considerações gerais” do autor.<sup>11</sup> Não por acaso, encabeçados por Teófilo Braga, os positivistas asseveraram que, na ausência de uma formação positiva, Oliveira Martins orientou seu método histórico por “hábitos metafísicos de pensar e escrever”. E, por conta disso, facilmente procedera por generalizações e vitimara a observação dos fatos

---

<sup>8</sup> C. C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins. Política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005, pp. 48-9.

<sup>9</sup> C. C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins...*, op. cit., pp. 24-32.

<sup>10</sup> C. C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins...*, op. cit., pp. 48-9.

<sup>11</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, *Para a história da cultura em Portugal*, vol. 1, s/l: Publicações Europa-América, 1946, pp. 190-1.

com ideias apriorísticas. Produziu, assim, teorias falhas sobre evidências mal estudadas, cujo exemplo por excelência fora o caso do sebastianismo.<sup>12</sup>

Em geral, a fim de construir a consciência histórica dos portugueses, os jovens críticos das condições nacionais de 1870, à semelhança dos da geração liberal de 1830, apreenderam o presente como resultado de erros do passado. Todavia, cada qual entendeu distintamente o processo e o produto dessa consciência. Enquanto Herculano examina o passado para oferecer aos leitores perguntas que seriam respondidas apenas pela “voz íntima do seu coração”, algo que os faria decidir “entre a reação e a liberdade”; Quental e Oliveira Martins entendiam que estavam diante de uma força coletiva, visto que a decadência se perpetuava “em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições”.<sup>13</sup> E mesmo Eça de Queirós, que, na conferência “Afirmação do Realismo como nova expressão da arte”, sentenciou: ‘a arte obedece fatalmente à mesma lei que determina nas sociedades as grandes evoluções de princípios, de instituições e de costumes’.<sup>14</sup> Ocorre, então, a passagem da noção de consciência individual para a de consciência coletiva, doravante o particular deve servir à observação do universal. Não se trata mais de através do exercício racional, construir uma lei que seja tão geral que venha a ser adotada pelo maior número possível de indivíduos em sociedade; mas sim de reconhecer que na vontade do indivíduo objetiva-se uma força que o precede e o ultrapassa, à qual ele presta serviço quando, no máximo de seus atos egoístas, objetiva os ideais da humanidade. Em Oliveira Martins, a realidade é símbolo de algo que a ultrapassa, todavia, não como força transcendente ao processo, e sim como princípio imanente.

O melhor exemplo da compreensão imanente do processo, que fundamenta a realidade como símbolo, pode ser dado pela definição de fortuito que Oliveira Martins nos apresenta em *O helenismo e a civilização cristã*.

*A fortuidade não consiste pois no fenómeno em si [...] mas sim no encontro inoportuno, intempestivo, de duas séries ou sistemas sem relação entre si; no encontro, que por não ser determinado por uma necessidade sintética, ocasiona o desvio temporário, o estacionamento ou a ruína daquele dos dois sistemas que não pode resistir à energia do ocorrente.*<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> C. C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins...*, op. cit., p. 61.

<sup>13</sup> Respectivamente, A. Herculano, “Prólogo” (dezembro de 1852), *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Porto Alegre: ed. Pradense, 2002, p. 12; e A. de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães, 2001, pp.17-8.

<sup>14</sup> E. de Queirós, “Afirmação do Realismo como nova expressão da arte”, org. Claudia Amorim, *O Marrare*, ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: UERJ, junho de 2002, p. 69.

<sup>15</sup> J. P. de Oliveira Martins, *O helenismo e a civilização cristã*, 2ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1899, p. xiv.

O ponto de inflexão da interpretação histórica de Oliveira Martins, quer otimista na *História da civilização ibérica*, quer pessimista na *História de Portugal* e no *Portugal contemporâneo*, quer nacionalista nas biografias, dá-se pela noção de desvio. Como nos lembra Pedro Calafate, “se o símbolo implica uma deslocação de sentido, compreende-se que exija uma retórica”.<sup>16</sup> Nisso, inscreve-se o que Antônio Sérgio chamou do “primeiro método” dessas obras – dar no caso particular o “sentimento da vida do fenômeno genérico”.<sup>17</sup> Contudo, o deslocamento de sentido ou “a metáfora”, nas palavras de Calafate, “não é apenas um meio de exprimir o real, mas um meio de o compreender”.<sup>18</sup> E isso nós podemos associar ao que Antônio Sérgio definiu por sua “segunda característica”, o “pessimismo de sentimento”, do qual decorre o “terceiro hábito” de Oliveira Martins, mencionado anteriormente, o de “não buscar as conclusões [pertinentes] pela análise direta do fenômeno dado, mas introduzir [à força] esse mesmo fenômeno no quadro [genérico] já construído das suas teses de sociologia”.<sup>19</sup> Eis o ponto: se o fortuito não é “fenômeno em si”, logo impossibilitado para qualquer suposta análise direta, e sim o encontro de “sistemas sem relação entre si”, que leva ao desvio, estacionamento ou ruína de um desses sistemas, para Oliveira Martins a explicação histórica dá-se senão por “uma figura de retórica”.<sup>20</sup>

Ocorre que o uso da figura de retórica na explicação histórica não advém de sua aptidão para a narrativa. Caso contrário, bastaria identificar a excelência do romancista no conjunto das obras escritas, e assim relacionar todos os problemas interpretativos que levanta com as exigências críticas, antes céticas do que irônicas, do romance oitocentista português. Como o romancista da geração fora Eça de Queirós, as obras de Oliveira Martins se perderiam no tempo, servindo tão somente às questões dos especialistas, com pouco diálogo com a formação geral dos portugueses. Condição facilmente desmentida pelo inventário de Carlos Maurício, ou ainda, pelos ensaios de Antônio Sérgio e de José Antônio Saraiva, dedicados à história da cultura em Portugal. Aliás, José Antônio Saraiva busca justo mostrar que, no caso de Oliveira Martins, a excelência de narrador não o faz romancista. O movimento bem narrado foi reduzido a “sua expressão mais abstrata, mais simbólica ou mais poética”,<sup>21</sup> o que corrobora o comentário de Pedro Calafate.

Nesses termos, os retratos apresentados nos livros de história e nas biografias não passam de símbolos, nas palavras de Saraiva, a “concretização fugaz de um pensamento, um

<sup>16</sup> P. Calafate, “Aspectos da projeção da obra de Oliveira Martins”, *Oliveira Martins*. Lisboa: Verbo, 1990, p. 35.

<sup>17</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., pp. 21-2.

<sup>18</sup> P. Calafate, “Aspectos da projeção da obra de Oliveira Martins”, op. cit., p. 35.

<sup>19</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., pp. 22 e 28-9.

<sup>20</sup> A. Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões...”, op. cit., pp. 28-9.

<sup>21</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., p. 208.

movimento, uma tendência”.<sup>22</sup> Entretanto, como nota Fernando Catroga, as biografias estão assinaladas na composição de quadros e figuras encontradas principalmente no *Portugal contemporâneo*, porque, para Oliveira Martins, as figuras históricas são “sujeitos encarnados de valores coletivos”.<sup>23</sup> Embora nas biografias se tenha pretendido fazer dos heróis a causa dos acontecimentos, os homens nunca ultrapassam a condição de encarnações da realidade. Logo, apenas nas histórias os personagens têm função adequada à compreensão do autor quanto à sua natureza, pois nelas, os homens-heróis não passam de encarnações da realidade, sombras levadas pelo vento do destino.<sup>24</sup>

Para Saraiva, Oliveira Martins tem uma “intuição poética do mundo”. Por detrás das coisas que passam, existe um mundo inteligível, sendo as coisas tomadas e apresentadas por símbolos de ideias permanentes.<sup>25</sup> Nas biografias, particularmente, a oposição entre o herói e a necessidade nomológica foi apresentada a fim de se obter uma construção dramática. No caso das histórias, essa oposição deixa entrever a “intuição poética” do autor, que Saraiva considera ser menos dramática e mais musical. Para nós interessa o modo pelo qual essa “intuição poética” se efetiva: através da concepção de encarnação – o heroísmo de uma individualidade histórica, homem ou povo, é a encarnação da Ideia. Fica assim fadada à extinção a forma individualizada da Ideia, mas não a Ideia, que permanece e renasce sob outra forma individual. A concepção de encarnação torna possível a história, ou seja, “a evolução que conduz do estádio mecânico a um estádio biológico e, daí, a um estádio humano”.<sup>26</sup>

Na introdução de *O helenismo e a civilização cristã*, Oliveira Martins adverte que à história não

*bastam a observação e o sistema classificador, assim como a sua linguagem não bastam a precisão e a clareza; é mister sentir e adivinhar, e pôr no estilo a vida e calor próprios das causas morais e animadas*<sup>27</sup>

Façamos um exercício de leitura do capítulo A História Nacional, que encerra o Livro Primeiro – Descrição de Portugal – do *História de Portugal*, sob a luz dessa advertência. A princípio, a observação da aventura marítima portuguesa poderia distinguir e mesmo classificar os portugueses como navegadores, contudo, o modo como que se deu a aventura –

<sup>22</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., p. 210.

<sup>23</sup> F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, in Torgal et al., *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, vol. 1, A história através da história, s/l: Temas e Debates, 1998, p. 147.

<sup>24</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., p. 210.

<sup>25</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., p. 214.

<sup>26</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., pp. 217-9.

<sup>27</sup> J. P. de Oliveira Martins, *O helenismo e a civilização cristã*, op. cit., p. xv.

“prudente e pacientemente ao longo das costas” – traduz antes a “falta de afirmação” do “gênio” português. Por mais claro e preciso que se faça a linguagem do historiador, que não se “busque tão-pouco o sistema de um desenvolvimento próprio e orgânico”, pois, naquilo a que se chama civilização, os portugueses aparecem “indestrutivelmente ligados ao corpo peninsular”. A obra *História de Portugal*, por conseguinte, deve antes se dedicar à determinação do “modo particular” de realização de um “programa histórico geral”. Afinal, se “a ausência de caráter nacional” foi afirmativa e se o que individualiza o português é “a maleabilidade” com que recebe e assimila “as influências estranhas”, então lhe cabe “sentir e adivinhar” nos fatos da história nacional, a partir dos atos de vontade dos homens, os fatores que fizeram de Portugal uma nação independente.<sup>28</sup>

Como nota Sérgio Campos Matos, Oliveira Martins buscou explicar os descobrimentos e o declínio dos povos peninsulares mediante o conceito de heroísmo, como a “grande virtude do gênio peninsular”. O heroísmo dos ibéricos tornava inteligível sua missão histórica, na condição de corresponder a uma “compreensão ideal da vida”, distinta da filosofia utilitarista dos anglo-saxônicos.<sup>29</sup> Contudo, no *História da civilização ibérica*, os sentimentos citados como constituintes da alma do povo ibérico são o heroísmo e o misticismo.<sup>30</sup> A soma de heróico e místico fundamentou a descrição histórica da conquista e da catástrofe das navegações atlânticas portuguesas. A vida nacional que começa em 1385, caracterizada não mais por uma dinastia de herança e tradição, mas a dinastia de Avis, foi “enraizada no querer absoluto, comum dos portugueses”. Uma vida que reluz nas conquistas do império marítimo mercantil, pelo qual os portugueses desejaram “criar um império à antiga”. E que se apaga na catástrofe de d. Sebastião na África, fruto da intuição de um príncipe que percebeu a carência que a nação tinha de um messias.<sup>31</sup>

Nos três Livros do *História de Portugal* que Oliveira Martins dedica aos anos entre a Revolução de Avis (1385) e o início da União Ibérica (1580), a narrativa de ações impessoais vão tomando o lugar das biografias, a nos alertar quanto a sua tese histórica sobre a vida da nação: “fora um ser vivo e forte no século XIV, e era um corpo moribundo no séc. XVI”.<sup>32</sup> Corroboram essa concepção de história nacional, os personagens biografados: Nun’Álvares e os filhos de d. João I, e o inacabado príncipe perfeito, d. João II. O herói peninsular típico,

---

<sup>28</sup> J. P. de Oliveira Martins, *História de Portugal*, 16ª ed. Lisboa: Guimaraes, 1976, pp. 56-7.

<sup>29</sup> S. C. Matos, ‘Portugal e Brasil’: crônicas esquecidas de Oliveira Martins, in J. P. Oliveira Martins, *Portugal e Brasil (1875)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 16-7.

<sup>30</sup> J. P. Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*. s/l: Publicações Europa-América, s/d, p. 155.

<sup>31</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., pp. 155-6, 234 e 343-4.

<sup>32</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., p. 202.

Nun'Álvares.<sup>33</sup> Os cavaleiros da primeira “grande empresa marítima de Portugal”, os conquistadores de Ceuta. E d. João II, “um mestre na moderna arte de reinar”, devotado à conquista da península (pelo casamento de seu filho com a filha dos reis católicos Isabel e Fernando) e do mar (investindo na construção de novas e mais modernas caravelas).<sup>34</sup> Embora encontremos figuras históricas típicas no *Portugal contemporâneo*, nelas poder-se-á ver antes o símbolo da decadência do que do heroísmo. O heroísmo e o misticismo pertencem à nação viva dos séculos XIV e XV, aos quais se seguem o realismo e o messianismo dos três séculos de decadência.

No capítulo dedicado à Inquisição, por exemplo, os indivíduos foram preteridos no relato “dos dramas fúnebres e burlescos”, das prisões, dos tormentos, dos cortejos e dos autos de fé, doravante tratados como tipos históricos.<sup>35</sup> Porque, para Oliveira Martins, “não é pois a crueldade que condena a Inquisição, mas sim o fato de constituir em poder do Estado”, o sacrifício das “garantias individuais”, característica da “ferocidade cruel” e da “devassidão natural” dos misticismos e dos cesarismos. Ademais, a Inquisição estabelecida no reinado de d. João III e as aspirações dos soberanos quer de Portugal, quer de Castela, por se tornarem reis da península e dos domínios ibéricos n'almém-mar, configuraram um campo propício para o que veio a ser tanto a empresa de d. Sebastião em África, quanto o reinado de Felipe II.<sup>36</sup>

Saraiva afirma que Oliveira Martins encontrou no sebastianismo, ou no messianismo português, um artifício dramático, transformando-o em “sentimento típico da nacionalidade e d. Sebastião em herói nacional”.<sup>37</sup> O artifício dramático se prova, por um lado, na apropriação do século XVI como o início da decadência, associada à afirmação de que os dois sentimentos característicos dos ibéricos – misticismo e heroísmo – foram formados no realismo; por outro, na noção de redenção própria ao heroísmo. Por outras palavras, uma vez considerada a nação como obra da vontade e não da geografia ou da raça, embora tenha escrito que o sebastianismo trouxe à luz “o pensamento natural orgânico” dessa nacionalidade, na queda ou morte do patriotismo que deu origem à nação, Oliveira Martins conseguiu visualizar a dinâmica histórica como evolução.<sup>38</sup> Isso porque, como escreve Catroga, para ele “a história é dramática logo no seu próprio ser”. É o drama da realização da Força através da luta dos indivíduos por virem a ser conscientes, que se realiza pela evolução social de agregado,

---

<sup>33</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., p. 204.

<sup>34</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., pp. 183 e segs.

<sup>35</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., pp. 330 e segs.

<sup>36</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., pp. 338-9.

<sup>37</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., pp. 261-2.

<sup>38</sup> J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, op. cit., p. 372.

organismo e individualização.<sup>39</sup> A decadência assenta, afinal, tanto o passado glorioso de patriotismo e conquistas, quanto o futuro messiânico e redentor da cultura cristã europeia.

Ora, paremos e pensemos! O que incomodava a Antônio Sérgio na interpretação romântica do sebastianismo, era aquilo que fez desse fato, constituinte e constituído na história nacional, a herança de Oliveira Martins para a geração de 1890: servir de base para a doutrina dos saudosistas.<sup>40</sup> Ocorre que, como nota Joel Serrão, o decadentismo ou a ideia de decadência nacional corrente desde Herculano até Quental e Oliveira Martins, só a partir de Sampaio Bruno, reverdeceu o sebastianismo numa “pungente consciência dum destino histórico injusto”.<sup>41</sup> Além disso, não podemos desleixar que nem Antônio Sérgio, nem João Lúcio de Azevedo, em seus respectivos estudos sobre o sebastianismo, não traíram a perspectiva de Oliveira Martins de que o sebastianismo decorre de elementos comuns ao seiscentismo – o profetismo e a educação religiosa – e de condições sociais propícias – vacância do trono, fome, carestia, pestes.<sup>42</sup> Padecem ambos, como outros tantos, do mesmo princípio realista de escrita da história, que Oliveira Martins descreveu assim: “eu vejo, sinto e vivo as cenas que escrevo”, completaríamos, e não o mundo que observo e analiso.<sup>43</sup> Enfim, como nota Saraiva, quer na descrição de fatos do passado, quer nos vividos em viagens, o que se destaca em seus quadros são uma cultura livresca, que nada dizem de seu mundo íntimo ou de sua “sensibilidade pessoal”.<sup>44</sup>

## Bibliografia

- ADORNO, Teodor. *Prismas. Crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *A evolução do Sebastianismo*. 2ª ed., corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
- BENJAMIN, Walter. “‘Les Affinités électives’ de Goethe”, *Oeuvres. Mythe et violence*. Tomo I. pref. M. Gandillac, Paris: Denoël, 1971.
- CALAFATE, Pedro. “Aspectos da projeção da obra de Oliveira Martins”, *Oliveira Martins*. Lisboa: Verbo, 1990.
- CATROGA, Fernando. “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”. In TORGAL et al., *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. Vol. 1: A história através da história, s/l: Temas e Debates, 1998.

---

<sup>39</sup> F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, op. cit., pp. 143 e segs.

<sup>40</sup> A. Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” (1917), *Obras Completas. Ensaios*, tomo I, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 239-250; J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., pp. 261-2; C. C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins...* op. cit., p. 131.

<sup>41</sup> J. Serrão, (intr., org. e notas), “Para uma perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea (1800-1940)”, p. 41.

<sup>42</sup> A. Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” (1917), op. cit., pp. 239-250; Azevedo, J. Lúcio de, *A evolução do Sebastianismo*, 2ª ed. corrigida e simplificada. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.

<sup>43</sup> J. P. Oliveira Martins, *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*, pref. e anot. por Francisco d’Assis Oliveira Martins, Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1926, p. 265.

<sup>44</sup> J. A. Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, op. cit., pp. 192 e segs.

- HERCULANO, Alexandre. “Prólogo” (dezembro de 1852). *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: ed. Pradense, 2002.
- MATOS, Sérgio Campos. ‘Portugal e Brasil’: crônicas esquecidas de Oliveira Martins. In OLIVEIRA MARTINS, Joaquim P. *Portugal e Brasil (1875)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.
- MAURÍCIO, Carlos C. *A invenção de Oliveira Martins. Política, historiografia e identidade nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. de *O helenismo e a civilização cristã*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1899.
- \_\_\_\_\_. *Portugal Contemporâneo*. Vol. 1. Lisboa: Guimarães, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*. Pref. e anot. por Francisco d’Assis OLIVEIRA MARTINS. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1926.
- \_\_\_\_\_. *História de Portugal*. 16<sup>a</sup> ed. Lisboa: Guimarães, 1976.
- \_\_\_\_\_. *História da Civilização Ibérica*. s/l: Publicações Europa-América, s/d.
- QUEIRÓS, Eça de “Afirmção do Realismo como nova expressão da arte”. Org. AMORIM, Claudia. *O Marrare*. Ano 2, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, junho de 2002.
- QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães, 2001.
- SARAIVA, José Antônio. “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, *Para a história da cultura em Portugal*. Vol. 1. S/l: Publicações Europa-América, 1946.
- SÉRGIO, Antônio. “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político de sua obra”, *Obras Completas. Ensaio*. Tomo V. Lisboa: Sá da Costa, 1973.
- \_\_\_\_\_. “Interpretação não romântica do sebastianismo” (1917), *Obras Completas. Ensaio*. Tomo I. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- SERRÃO, Joel. (intr., org. e notas). “Para uma perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea (1800-1940). In OLIVEIRA MARTINS, J. P. de. *Herculano*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.